

FORMAÇÃO JORNALÍSTICA E DIREITOS HUMANOS: A INTERSECÇÃO ENTRE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO NO SITE ELOS

JOURNALISTIC TRAINING AND HUMAN RIGHTS: THE INTERSECTION BETWEEN OUTREACH, RESEARCH AND TEACHING IN ELOS WEBPAGE

Brasil

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Matheus Rolim*
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4234-3568>

Muriel Emídio Pessoa do Amaral**
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3069-6697>

Paula Melani Rocha***
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5525-6650>

RESUMO:

O artigo traz uma reflexão sobre as ações de extensão envolvendo alunos do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no projeto de extensão Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã, a partir de um mapeamento dos conteúdos postados no site Elos – Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã, durante de 20 de novembro de 2017 a 10 de dezembro de 2018. O projeto tem a preocupação em desenvolver a formação humanística do e da discente, respeitar a gênese do jornalismo e despertar para o compromisso social do jornalista. Busca ainda atender o tripé da formação acadêmica, trabalhando de forma articulada extensão, pesquisa e ensino. A discussão conceitual perpassa pelas diretrizes de extensão, formação jornalística e direitos humanos. Os resultados apontam para os desafios em consolidar a extensão na formação de discentes com enfoque em direitos humanos em um cenário de transformações do jornalismo.

Palavras chave: Práticas jornalísticas; Direitos humanos; Projeto de extensão; Site Elos; Formação jornalística.

ABSTRACT:

The article proposes a reflection on the outreach actions involving students of the Journalism undergraduate course at the State University of Ponta Grossa (UEPG) in the Journalism, Human Rights and Citizen Education outreach project, from a mapping of the contents posted on the Elos webpage – Journalism, Human Rights, and Citizen Education, from November 20, 2017 to December 10, 2018. The project concerns the development of the humanistic education of all students, respecting the genesis of journalism and raising awareness to the journalists' social commitment. It also seeks to attend the tripod of academic education, working with outreach, research and teaching in an articulated manner. The conceptual discussion addresses the guidelines of outreach, journalistic training and human rights. The results point to the challenges faced to consolidate outreach in the students' education focusing on human rights in a scenario of transformations of journalism.

Keywords: Journalistic practices; Human rights; Outreach project; Elos webpage, Journalistic formation.

* Aluno de Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa - Paraná. E-mail: matheus.rolim@hotmail.com

** Aluno de Pós-Doutorado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa - PR, Brasil. E-mail: murielamaral@yahoo.com.br

*** Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa - PR, Brasil. E-mail: paulamelani@gmail.com

Considerações preliminares

O jornalista francês Laurent Sourrisseau, sobrevivente do ataque à sede do jornal Charlie Hebdo, ocorrido no dia 07 de janeiro de 2015¹, ao participar do 10º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI, em São Paulo, disse cauteloso à plateia que em muitos países, não apenas europeus, erguiam-se, naquele período, uma onda conservadora. Como alerta, o jornalista diagnosticou que a onda conservadora deixaria marcas que trariam consequências negativas como os retrocessos por parte dos Estados e cidadãos em respeitar os direitos humanos, as minorias, os imigrantes, as diversidades religiosas, situações que demandariam muito tempo para serem solucionadas. E não demorou muito para que a profecia do jornalista se realizasse.

Em 22 de junho do mesmo ano, poucos dias após a fala do jornalista francês, a Câmara Municipal de Ponta Grossa votou favoravelmente à retirada das expressões relacionadas à "Educação de Gênero e Sexualidade" e do ensino de "Cidadania e Direitos Humanos LGBT" do Plano Municipal de Educação para o período 2015/2025, já constituindo como um dos elementos de formação da onda conservadora no Brasil.

Foi neste contexto, incrementado ainda pela configuração de um novo paradigma do jornalismo (CHARRON E BONVILLE, 2016) e pela preocupação com os pilares da formação em jornalismo e o exercício da atividade neste cenário em transformação, que integrantes do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (cadastrado no CNPq) idealizaram, em 2017, o projeto de extensão Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã, vinculado ao curso de graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O propósito era oportunizar o debate de questões asseguradas pelos direitos humanos por meio de produtos jornalísticos em que os agentes educacionais também fossem os protagonistas vislumbrando o compromisso com a formação cidadã. Entende-se por agentes educacionais professores e funcionários de educação infantil, ensino fundamental, médio e superior. A partir da compreensão da extensão universitária como uma relação de troca de conhecimento e vivências entre comunidade acadêmica e sociedade, bem como a construção de um aprendizado conjunto, pretendeu-se constituir um projeto que propiciasse essa relação dialógica envolvendo a promoção da cidadania e garantia de direitos, trabalhando conjuntamente a comunidade educacional, em especial, os agentes multiplicadores e os alunos de jornalismo.

A proposta era desenvolver em ações de extensão os debates fomentados pelo grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Entre os objetivos da criação do projeto destacavam-se:

- Auxiliar na formação cidadã do futuro profissional;
- Formar jornalistas conscientes de sua responsabilidade enquanto profissional no desenvolvimento da sociedade;
- Projetar a integração com a pesquisa do grupo Jornalismo e Gênero;
- Incentivar a interdisciplinaridade e pluridisciplinaridade na materialização do projeto;
- Promover a interação comunitária com agentes multiplicadores da comunidade educacional.

Em 2018, após a finalização do projeto, lançou-se a segunda edição, apenas invertendo o nome para Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã, todavia, nem sempre os princípios foram mantidos. A ideia de criação de um projeto de extensão articulado à pesquisa e ao ensino partiu do entendimento que a formação do futuro profissional está ancorada em três bases de sustentação – ensino, pesquisa e extensão -, que articuladas se retroalimentam e movimentam-se conjuntamente no desenvolvimento do aprendizado. Esta premissa converge com a concepção de extensão consagrada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as diretrizes para a Extensão na Educação Superior

Brasileira, regimentada pela lei nº 13.005/2014. Com a Resolução, a atividade de extensão passou a integrar a matriz curricular juntamente com a pesquisa, constituindo:

(...) um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (RESOLUÇÃO CNE/CES 7/2018, p.1).

O artigo apresenta reflexões sobre as ações extensionistas do projeto Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã, ancoradas nos conceitos de extensão, direitos humanos e jornalismo, tendo como recorte da análise o mapeamento dos conteúdos postados no site Elos - Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã², durante o período de 13 meses, de 20 de novembro de 2017 a 10 de dezembro de 2018. O site é o suporte do projeto de extensão criado para veicular e propagar os conteúdos produzidos pelas atividades de extensão. O objetivo da discussão é aferir no conteúdo mapeado como o projeto está alinhado aos seus propósitos e alicerces, identificar suas restrições e oferecer alternativas futuras.

Extensão no ensino em Jornalismo

O item IV do 5º artigo da Resolução de 2018 reitera a articulação entre ensino, extensão, pesquisa como sustentação do processo pedagógico e menciona a prática e pilares que estruturam a concepção das Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira, em especial o item III do 6º artigo:

(...) a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, **direitos humanos** e justiça, **educação**, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, **direitos humanos** e educação indígena. (RESOLUÇÃO CNE/CES 7/2018, p.2, grifos nossos).

A integração da extensão na grade curricular do curso de Jornalismo da UEPG ainda não se efetivou, encontra-se na fase preliminar de estudos sobre sua materialização. Uma das preocupações do projeto Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã é desenvolver a integração entre academia e sociedade, caracterizada fundamentalmente por uma relação de interação equilibrada entre ambas as partes, bem como propiciar a formação humanística e crítica dos integrantes e o seu compromisso com o desenvolvimento econômico, social, político e tecnológico. Dessa forma, busca-se atender uma das definições da extensão que é a troca de vivências e conhecimento construindo uma via dupla entre academia e comunidade, com participações conjuntas na produção e idealização das atividades e propondo intervenções. Assim, deve haver "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social" (RESOLUÇÃO CNE/CES 7/2018, p.2).

É justamente nesta articulação que inserimos o site Elos: Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã como um canal para debate e discussão de assuntos pertinentes ao debate público. O site traz os seguintes conteúdos: i) jornalísticos em formato multimídia produzidos pelos alunos e alunas integrantes do projeto a partir de pautas que atendam às demandas da comunidade escolar, movimentos sociais e ONGS; ii) colunas opinativas fixas redigidas por especialistas, educadores e integrantes de movimentos sociais, ONGs, associações e instituições de ensino – com um leque diversificado de temas incluindo gênero, sexualidade, etnia-raça, educação, direitos humanos, liberdade de expressão, entre outros; iii) análise crítica no Observatório de mídia, com ênfase na cobertura jornalística dos

veículos de Ponta Grossa relacionada à discussão de direitos humanos ou à sua ausência, de autoria dos e das discentes que fazem iniciação científica com projetos alinhados ao grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (CNPq); iv) registros das ações extensionistas desenvolvidas nas escolas parcerias como, por exemplo oficinas de jornal escola e debates de questões envolvendo direitos humanos; v) e, por fim, a publicização do material produzido pelos alunos e alunas das escolas parceiras. Como mencionado anteriormente, mais que um repositório das atividades de extensão, o site é uma forma de propagar o conteúdo e atingir um público maior acerca de temas que contemplem a formação cidadã, amplificando o debate e a discussão pública.

A comunidade escolar formada para a realização do projeto conta com parceiros fixos e sazonais que compreendem escolas estaduais de ensino médio e, em 2017, o curso de Jornalismo da Faculdade Secal (Ponta Grossa) também integrou a parceria. Nos anos de 2017 e 2018, foram realizadas oficinas ministradas pelos docentes e discentes do curso de Jornalismo da UEPG envolvidos no projeto, nos colégios estaduais Professor Meneleu Almeida Torres e Elzira Correia de Sá, com alunos e professores das respectivas escolas. O objetivo foi capacitá-los para a produção de jornais escolas. Ambas instituições ainda fazem parte das ações extensionistas, em duas frentes: um aluno do colégio Elzira e uma aluna do Meneleu são alunos de iniciação científica júnior (PIBIC Jr) e participam da produção de conteúdo do site Elos, sob a orientação dos graduandos e professores, estimulando a troca de vivências e conhecimento, e estabelecem uma das pontes com as escolas. Ele e ela auxiliam na coleta de demandas junto aos e às colegas de temas perpassados por direitos humanos e na idealização de ações extensionistas no ambiente escolar. Nesse sentido, em 2018 produziram vídeos de um minuto junto com os e as colegas sobre violência de gênero e, no primeiro semestre de 2019 foi exibido o documentário Quem matou Eloá?, no auditório do colégio Meneleu, para os alunos e alunas das três classes do oitavo ano e, em seguida, a aluna PIBIC Jr juntamente com duas professora do projeto Elos e a professora de sociologia da escola debateram sobre o feminicídio no Brasil. É válido ressaltar que o tema da discussão foi proposto pelos e pelas alunas da escola por meio de um questionário aplicado pela aluna PIBIC jr.; a segunda frente é o acompanhamento contínuo dos integrantes do projeto na produção do jornal escola, em especial na escola Alzira, juntamente com os professores do ensino médio. Em 2019, a escola Estadual Regente Feijó ingressou no projeto de extensão, interessada em desenvolver um jornal envolvendo alunos, alunas e professoras.

As ações extensionistas apostam também na ocupação dos espaços para concretizar a troca de vivências, se consumando em quatro movimentos: i) O aluno e a aluna PIBIC Jr vão uma vez por semana à UEPG para participar das reuniões de pauta do projeto, assim como do processo de produção e edição de conteúdo. Quando a produção é externa, o aluno e a aluna acompanham os discentes envolvidos no projeto in lócus; ii) parte das oficinas e palestras são ministradas nas instalações das escolas, para que os discentes conheçam o ambiente escolar e a vivência da comunidade envolvida no projeto; iii) parte das oficinas com os alunos e alunas das escolas são realizadas nos laboratórios do curso de Jornalismo da UEPG, possibilitando que eles e elas conheçam o ambiente universitário; iv) discentes e docentes que integram o projeto participam da reunião de pauta do jornal escola juntamente com os agentes educacionais e alunos/as dos colégios promovendo a integração e a inclusão de temas envolvendo direitos humanos.

Jornalismo e direitos humanos: concepção de pautas e viés na cobertura jornalística

Para fundamentar a prática das ações jornalísticas dentro do projeto, são importantes considerar algumas reflexões teóricas. O conhecimento no jornalismo compreende três perspectivas: o conhecimento que fundamenta o jornalismo na sua

formação teórica e no exercício da profissão; o jornalismo enquanto produtor e reproduzidor de uma forma social de conhecimento; e a relação do fazer jornalístico com outras práticas produtoras de conhecimento. Ao articular a junção pesquisa, ensino e extensão em Jornalismo, estamos sincretizando essas três perspectivas, vislumbrados aqui na temática direitos humanos. O conhecimento é percebido como algo além do conhecimento formal e teórico, mas que contempla um conhecimento obtido na prática, a tornar-se práxis. Define-se conhecimento como ato ou efeito de conhecer; de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência. O conhecimento que fundamenta a formação teórica do profissional e o exercício da profissão é o que empodera o jornalista enquanto profissional. Trata-se um conhecimento que engloba teoria e prática, como instâncias imbricadas e diluídas no "saber de ação" ("saber conhecer", "saber fazer" e "saber-ser") (FIDALGO, 2008).

O modelo industrial do Jornalismo vigente sob a égide do paradigma informativo priorizou práticas do mercado com coberturas factuais, textos enxutos com predomínio de duas fontes e a narrativa oficial como fonte legitimadora dos fatos. A polifonia e pluralidade de vozes advindas de lugares sociais diversos, a cobrança de políticas públicas e sociais, denúncias sociais e políticas e o desrespeito aos direitos humanos (gênero, raça, etnia, geração, classe) ainda precisam ser fortalecidos na cobertura jornalística e esta subversão da lógica do mercado também está associada à formação dos profissionais. É necessário transpor para o aprendizado. O jornalismo deve articular o exercício da cidadania, tanto ao produzir e reproduzir uma forma social de conhecimento quanto na sua prática em interação com outras práticas produtoras de conhecimento. O modelo industrial do jornalismo sucumbiu e, em um cenário de transformações estruturais impulsionadas pela Internet a partir do final do século XX, a prática jornalística busca alçar novas formas ainda sob os escombros do modelo anterior. A academia incorpora o cenário de transformações, tenta compreendê-lo e pensar formas de exercer o conhecimento no jornalismo.

Para além da produção mercadológica da notícia, há outros posicionamentos mais férteis para a atuação jornalística que possam contemplar temas referentes ao desenvolvimento social, cidadão e educacional, por isso, abordar os direitos humanos tornam-se fundamentais no exercício do jornalismo. Os direitos humanos são universais, englobam todas as pessoas, independente do seu credo, raça, classe, etnia, sexualidade, nacionalidade gênero; enfim TODOS e TODAS, além de ter a função de garantir a dignidade de homens e mulheres.

Ao relacionar direitos humanos e jornalismo podemos dividir em duas frentes de cobertura jornalísticas: i) pautas sobre o desrespeito aos direitos humanos; ii) desenvolver pautas com viés em direitos humanos. São ações distintas, porém não excludentes. Na primeira, o tema da pauta compreende diretamente o respeito aos tratados, acordos, leis e convenções que abordam os direitos humanos. Como, por exemplo, uma entrevista com o Ministro das Relações Exteriores em 2018, Ernesto Araújo, sobre a política de imigração dos venezuelanos no Brasil. Já a segunda tem enquadramento em direitos humanos como, por exemplo, a pauta sobre a proposta da reforma da previdência e o desrespeito à equidade de gênero. O Brasil é um país desigual nas relações de gênero e a cultura do patriarcado é enraizada e predominante, o que ocasiona a diferença salarial entre homens e mulheres e a tripla jornada feminina. A jornada não computada enquanto prática laboral é justamente a responsabilidade da mãe pelo cuidar do filho ou filha, individualizando e tornando a criação uma questão de âmbito privado e não coletivo e público; retirando, assim, culturalmente do Estado a obrigação em manter o funcionamento de políticas públicas adequadas em prol das crianças e adolescentes.

A interface entre jornalismo e direitos humanos coloca o jornalismo na cobrança por uma sociedade que respeite a constituição, os direitos de todos e todas e a diversidade plural, e, também, por um Estado que cumpra com as obrigações, sem discriminação de classe, raça, gênero, geração, etnia ou credo, por exemplo. Além de ser um instrumento para denunciar a falta de políticas públicas e sociais ou a má aplicação das mesmas em

respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, o projeto Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã foi pensado inicialmente para discutir as relações de gênero, contudo, no decorrer dos encontros da equipe, as discussões sobre gênero surgiram, e também outros focos foram avaliados nas reuniões. Entre os temas, correlatos aos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos começaram a ser pautados como, por exemplo, intolerância religiosa e questões raciais.

No Brasil, os direitos dos cidadãos estão assegurados em leis, acordos internacionais e na Constituição, mas na prática, não são cumpridos pela impotência, frente aos desmandos das próprias autoridades e mesmo instituições. Em face a esses empecilhos, coube ao exercício do jornalismo denunciar, cobrar e mostrar as injustiças e preconceitos que afrontam e defrontam a população. O cenário brasileiro de intolerância é pouco pautado e discutido de forma educacional e em debates, viola a formação humanística dos brasileiros no sistema formal da educação e infringe também artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, como:

Artigo II 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, S/P).

A partir dessas questões de cunho humanitário, que contemplam o tripé do projeto - direitos humanos, formação cidadã e jornalismo -, as pautas propostas debatem questões sobre direitos humanos contempladas nos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, além de fazerem cobertura jornalística com viés nos direitos humanos, trazendo polifonia de vozes e o reconhecimento da diversidade social.

Elos: uma sistematização da produção

No período de 13 meses, o site Elos publicou 76 conteúdos sobre diferentes assuntos pautados em direitos humanos, focando as minorias atingidas da sociedade e registros das ações extensionistas executadas pelo projeto. O site divide-se em seis editoriais: colunas opinativas, observatório de gênero, podcast, ensaio fotográfico, coberturas factuais e posts e traz material em áudio, audiovisual, imagens e texto. As colunas opinativas são escritas por especialistas que possuem afinidade com o tema em questão. O observatório de mídia é realizado por alunos da graduação que desenvolvem pesquisas de iniciação científica, com bolsa de fomento do CNPq, alinhadas ao grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (UEPG).

A rotina de produção inicia com a reunião semanal em que definem as pautas, processo de produção, encaminhamento, prazo para entrega do material e publicação. Também são acordadas as datas das oficinas e os responsáveis e, por fim, o relato das produções. As reuniões têm a duração de uma hora e meia. Todas as atividades contam com o acompanhamento pedagógico das professoras envolvidas.

O grupo atualmente conta com dois alunos das escolas parceiras que fazem parte do PIBIC Junior com bolsa de fomento do CNPq, seis alunos da graduação, sendo que dois têm bolsa de extensão, uma aluna da pós-graduação, três professoras, uma servidora técnica, além dos colaboradores (colunistas). Porém, a ideia é ampliar, envolvendo professores e alunos de outros departamentos, com o propósito de agregar com expertises diferenciadas e trazer para o projeto a interdisciplinaridade e pluridisciplinaridade. Um dos colunistas, por exemplo, é do curso de Direito da UEPG.

A tabela 1 traz o mapeamento das postagens referente ao período de 20 de novembro de 2017 a 10 de dezembro de 2018 e a classificação de acordo com as editorias e temática.

Tabela 1 – Controle de publicações no site *Elos*.

Data: 20/11/2017 a 10/12/2018

Temática	Colunas	Ensaio	Observatório	Factual	Reportagens	Audiovisual	Total
1- Raça	04	01	01	01	02	00	09
2- Gênero	02	01	11	04	04	01	23
3- Política	03	00	00	03	01	00	07
4- Educação/ UEPG	02	00	01	09	02	00	14
5- Direitos Humanos	03	00	02	03	01	01	10
6- Violência	02	00	00	00	01	00	03
7- Indígenas	01	00	00	00	01	00	02
8- Imigrantes	01	00	00	01	00	01	03
9- LGBTQ+	00	02	01	01	00	01	05
Total de postagens	18	04	16	22	12	04	76

Fonte: Autores.

A maior postagem foi em produções factuais, seguida das colunas, Observatório de Mídia, reportagens e empatado Ensaio e Audiovisual. Factual também traz os registros das oficinas realizadas nas escolas estaduais. A temática que se sobressaiu foi gênero, depois educação, direitos humanos, raça, política, LGBTQ+, imigrante e violência e, com menos referência, questões indígenas. Aqui chama a atenção da necessidade em trabalhar mais imigração, questões indígenas e, sobretudo, idosas que não tiveram nenhuma menção durante o período mapeado.

Os temas abordados pelos columnistas repercutem questões factuais como, por exemplo, o ataque a jornalistas de forma física e verbal no Brasil durante o contexto político eleitoral. Foram registrados 130 casos (ABRAJI, 2018). A columnista Marina Atoji, secretária executiva da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), dissertou sobre o risco que a liberdade de expressão e acesso a informação estão sofrendo no Brasil³:

Há uma relação direta entre essa violência e o perigo para a liberdade de expressão e para o acesso à informação. Quando jornalistas não se sentem seguros para exercer a profissão e acabam censurando a si mesmos, o acesso de todos à informação é prejudicado. Quando jornalistas têm que pensar duas, três vezes antes de publicar uma reportagem por medo do que pode acontecer depois, a liberdade de expressão de todos está em risco. (ATOJI, 2018, s/p).

Atoji faz um alerta ao leitor para pensar como as agressões a jornalistas no exercício da atividade profissional colocam em risco a sociedade democrática, relembrando outros acontecimentos históricos em que isso ocorreu e resultou em catástrofes:

Uma frase que circulou em redes sociais resume bem as consequências: “Primeiro, vieram atrás dos jornalistas. Depois disso, não soubemos de mais nada do que fizeram”. É uma versão do poema do pastor Martin Niemöller sobre o aumento da repressão na Alemanha nazista. O jornalista britânico Gideon Lichfield a publicou em 2016, para se referir aos EUA após a eleição de Donald Trump. (ATOJI, 2018, s/p).

A columnista Nilvan Laurindo Sousa, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UEPG, em sua primeira coluna⁴, publicada no dia da Consciência Negra, em 2017, discutiu o preconceito racial, constatando que “todo dia é dia de consciência negra”. Ela questionou o que o sistema e a sociedade estão fazendo em prol da comunidade negra no cotidiano, atribuindo uma crítica ao sistema educacional que exclui, silenciosamente ou não, a criança negra, ocasionando problemas com autoestima e identidade.

A coluna “Lei de Cotas: um passo importante nos horizontes da universidade pluriétnica brasileira”, redigida por Carmem Rejane Antunes Pereira, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), trouxe o debate de cotas acerca dos direitos indígenas⁵. Para a autora, “A Lei estabeleceu a obrigatoriedade da reserva de vagas nas Universidades e Institutos Federais, combinando frequência à escola pública com renda e cor (etnia)”, entretanto essa conquista de 2012 não pode ser tomada como uma solução final dos problemas de classe e etnia, mas sim dar abertura e acesso institucionalizado a uma universidade pluriétnica “gestada nos desafios de um campo com importância estratégica para a construção de espaços e experiências de convivência multicultural entre povos indígenas e a sociedade nacional” (PEREIRA, 2018, s/p). A autora conclui que a Lei de Cotas é primordial para ligação entre o acesso, acompanhamento e permanência dos estudantes indígenas (PEREIRA, 2018).

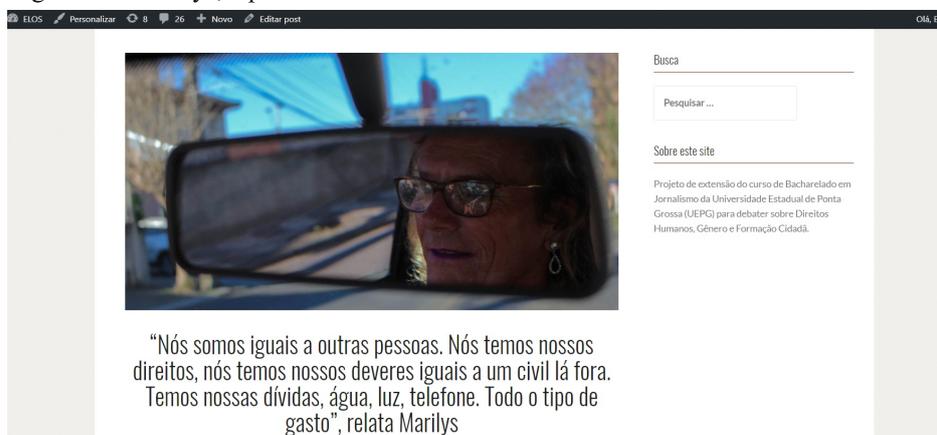
O tema Política foi recorrente em 2018, ano de disputa eleitoral. A coluna ‘Já perdemos’⁶, do professor de Direito da UEPG, Pedro Miranda, foi escrita três dias antes do segundo turno para escolha do novo presidente do Brasil e mostrou que todos nós perdemos “porque o debate político civilizado no Brasil não é mais a regra. E sem ele, a democracia e os direitos humanos tendem a, no mínimo, se esvaziarem de seu sentido mais profundo: o coletivo” (MIRANDA, 2018, s/p), e concluiu que o caráter coletivo da política e do direito precisam ser retomados para que nossa sociedade comece a pensar de forma coletiva.

O preconceito racial também resultou em conteúdo publicizado na editoria Ensaio. O primeiro ensaio fotográfico realizado pela equipe do Elos, intitulado ‘Todo o dia é dia de respeitar os direitos humanos das brasileiras e brasileiros’⁷, foi publicado no dia da Consciência Negra, 20 de novembro de 2017, e apresentou fotos de pessoas que circulavam pelo calçadão de Ponta Grossa e na UEPG com relatos de preconceitos raciais sofridos durante suas vidas. Listamos alguns relatos para ilustrar as marcas do preconceito:

"Na escola sofri muito racismo. Às vezes a pessoa não demonstra, mas dá para perceber no olhar". (Edneia da Silva, 38 anos)
"Não acho que devemos ser lembrado e valorizados apenas um dia do ano. Nosso histórico é muito mais que isso. E nossa contribuição vai muito além da história." (Evaldo Martins, 38 anos)
"Aqui no Paraná já sofri muito racismo. Mesmo com isso, eu nunca me abalei, tenho um espírito forte. Sempre me comportei e me senti normal." (Antonio Souza, 81 anos)

Ainda na editoria Ensaio, o tema mais abordado foi a representatividade LGBTQ+. A equipe do Elos realizou uma sessão de fotos com uma das integrantes do Grupo Renascer, ONG sem fins lucrativos de caráter informativo, mobilizador e assistencial destinada a defender os direitos das pessoas LGBTQ+ de Ponta Grossa. Marilyns, 56, é a primeira travesti a retificar o nome social na cidade, sendo um marco no incentivo à representatividade de direitos da comunidade de travestis e transexuais do município.

Figura 1 – Marilyns, a primeira travesti a retificar o nome social em Ponta Grossa.



Fonte; Reprodução. Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/ensaio/todo-dia-e-dia-de-respeitar-os-direitos-humanos-das-brasileiras-e-brasileiros/>
Acesso: 18 de agosto de 2019.

Outro ensaio que marcou a trajetória de publicações refere-se à cobertura no dia Internacional da Mulher em parceria com o portal Catarinas⁸, site que desenvolve jornalismo com perspectiva de gênero, que aconteceu em Ponta Grossa no dia 08 de março de 2018. O resultado foi publicado no Catarinas no dia 13 de março de 2018. Também foram postadas na editoria de Ensaio do Elos cenas marcantes da passeata⁹.

No mesmo período, foram mapeados dezesseis observatórios publicados referentes à análise midiática local na cidade de Ponta Grossa. Percebe-se que as questões de gênero envolvendo mulheres foi o assunto mais pautado nas observações, como o post: ‘O movimento da mídia está em favor da mulher?’¹⁰, publicado no dia 25 de abril de 2018, de autoria de Kethlyn Lemes, aluna que desenvolvia pesquisa de iniciação científica. De acordo com a análise dela, referente à cobertura jornalística de Ponta Grossa, em abril de 2018, a mídia local vinha acentuando suas pautas para um viés de conscientização de que a vítima nunca era a culpada e ressaltou a necessidade em realizar um debate mais plural e urgente a respeito do feminicídio.

Na postagem de 16 de abril de 2018, Kethlyn Lemes observou: “Ainda são os assassinatos que ganham as ‘capas de jornais’”¹¹. Ela recorreu a dois episódios, envolvendo mulheres, que aconteceram na cidade de Ponta Grossa, “no primeiro dia do mês, começamos com o assédio sexual verbal, como o jornal Diário dos Campos classificou, para com Bianca Machado, assessora de imprensa do Operário Ferroviário – time de futebol da cidade. Na última sexta-feira (06/04), o feminicídio de uma estudante da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)”, a conclusão apontou que, embora a mídia local viesse apresentando melhoras em relação a termos como assédio e feminicídio, os jornais perderam a oportunidade de amplificar o assunto pautado, pois o que realmente vende é a capa com assassinatos. Por estas lacunas existentes na produção jornalística é que atua o site Elos para a oferta de visibilidade, discussão e debate públicos.

Um dos últimos observatórios publicados até a data final do mapeamento, o acadêmico de Jornalismo João Pedro Santos Teixeira abordou a questão dos Direitos Humanos e Jornalismo apontando que a mídia local precisa de mais conscientização e compreensão dos direitos para que haja um “posicionamento crítico frente à sociedade”¹².

Foram 38 publicações na categoria post que estão fora das editorias de colunas, observatório e ensaio. Essa categoria publica matérias de cunho factual, reportagens e audiovisual. No factual, as publicações são focadas em acontecimentos locais e prevaleceu o tema educação seguido de gênero, reiterando a percepção de que há poucas ações contemplando discussões sobre imigração, raça, etnia e geração, bem como a intersecção entre elas, um caminho traçado para contemplar também ações cidadãs nas práticas do jornalismo.

As reportagens publicadas no site, além do gancho factual, vão além do formato de notícia ancorado em duas versões apenas, elas apresentam apuração e polifonia de fontes (humanos e/ou não). No período eleitoral de 2018, o site Elos verificou as propostas dos presidentiáveis a fim de avaliar quais possuíam políticas públicas visando saúde das mulheres¹³. Para ficar mais didática a ilustração, foi elaborado um infográfico com os treze candidatos e suas propostas. Guilherme Boulos (PSOL) liderou com oito propostas, enquanto o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (PSL), não apresentou propostas de políticas públicas específicas para a saúde da mulher. A reportagem da aluna de graduação Daniela Valenga, integrante do projeto, mostrou a situação atual da descriminalização do aborto na América Latina. Com um mapa interativo, apontando que ‘Apenas seis países, dos 29 situados na América Latina, possuem o aborto legalizado’¹⁴:

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, lançada em 1979 pela Organização das Nações Unidas (ONU), afirma os direitos reprodutivos das mulheres. Todos os países da América Latina assinaram a convenção, porém as mulheres, que residem neles, são colocadas em situações de vulnerabilidade reprodutiva, principalmente as das classes mais baixas. (VALENGA, 2018, s/p).

Ao todo, foram 66 posts no site do projeto Elos. Todas as publicações possuem viés humanístico sempre pautando as diretrizes do projeto, direitos humanos e formação cidadã, contudo o levantamento apontou para um desequilíbrio entre as temáticas abordadas. O site é contribuinte para a sustentação da extensão, possibilitando a troca com a comunidade e a capacitação de fazer um jornalismo com intersecção em direitos humanos, proporcionando aos integrantes do projeto uma vivência relacionada com o fazer jornalístico. As oficinas, por sua vez, possibilitam a troca de vivência, sugestão de pautas e planejamento de ações extensionistas. A inserção nas escolas e a integração com alunos e alunas do ensino médio e agentes multiplicadores é fundamentais para o funcionamento do projeto alinhado à contínua formação cidadã das pessoas envolvidas.

Considerações finais

Em uma das oficinas de jornal escola, realizada em 2018 no colégio Elzira de Ponta Grossa, localizado no bairro Santa Paula, um aluno mencionou que não consumia jornal local porque sempre que reportavam o seu bairro ou a comunidade era para trazer notícias ruins: assassinato, apreensão de drogas, encontro de cadáver e/ou prisão de alguém. A ideia de produzirem um jornal era justamente para mostrar outra perspectiva sobre sua comunidade, inclusive escolar, pois ali também acontecia muitas ações positivas. Esse relato é muito comum nas motivações dos jornais das comunidades. Associado a isso, há ainda pouco eco da posição deles sobre determinado assunto. São pouco ouvidos pela imprensa. As queixas acabam revelando como a imprensa representa a diversidade social, econômica e política nas notícias e reportagens produzidas. Oferecendo outro panorama de cobertura jornalística, o site Elos abre caminhos para ações políticas e visibilidade de outras práticas discursivas e de representação, principalmente no que diz respeito às comunidades que não dialogam com as estruturas de poder.

O projeto de extensão Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã vem na contramão dessas representações estigmatizadas e procura trabalhar com agentes diferentes - estudantes de jornalismo, docentes, comunidade escolar, representantes de ONGs, especialistas em áreas que perpassam por direitos humanos -, compondo um mosaico de atores com o propósito de conjugar ações extensionistas que repercutam na formação dos/das envolvidos/das de forma processual, incluindo ainda um público adverso que pode acessar o site e consumir o conteúdo disponibilizado.

Ainda há desafios em pensar estratégias para fortalecer a integração com a comunidade e ações extensionistas, seja via parceria com escolas, seja em atender às demandas das pautas oferecidas pelas entidades, associações, ONGS etc. Outra preocupação é diminuir o desequilíbrio na abordagem das minorias, conotou-se uma prevalência de conteúdo sobre políticas públicas e sociais envolvendo mulheres, inclui aqui aborto, saúde da mulher, desigualdades nas relações de trabalho. O gênero teve mais sucesso ao trabalhar pautas que debatem os direitos humanos assim como coberturas com viés nos direitos humanos. Ainda é preciso fortalecer essas duas perspectivas na intersecção com questões envolvendo raça, etnia, imigração que no mapeamento contemplou apenas o primeiro aspecto, ou seja, foram feitas pautas debatendo os direitos de diversidade de raça, religiosa, etnia. Um ponto positivo foi a pluralidade e polifonia de vozes tanto da comunidade escolar envolvida quanto das fontes em geral.

Em 2019, uma nova escola fechou parceria com projeto, o Colégio Estadual Regente Feijó. Outro balizador é a preocupação com o aprendizado dos alunos envolvidos no projeto, pois a rotina produtiva deve respeitar o compasso do ensino e sua sistemática, envolvendo debates das questões que envolvem direitos humanos, sua aplicabilidade em práticas jornalísticas e extensionistas bem como avaliações periódicas das vivências e produções.

É necessário projetar a extensão integrando a grade curricular e a carga horária do ensino no curso de Jornalismo, um trabalho a ser desenvolvido por todo o corpo docente. O projeto Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã vem desenhando impacto social junto às escolas parceiras bem como às entidades e ONGs atendidas, mas temos consciência, enquanto equipe, de nossas limitações, capacidade de amplificação e necessidade de pensar novas ações. Uma questão que precisa ser fortalecida é o debate junto à comunidade de um consumo crítico do Jornalismo e suas interfaces com questões envolvendo direitos humanos.

Referências

ATOJI, M. **Violência contra jornalistas: um ataque contra toda a sociedade.**

Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/coluna/violencia-contrajornalistas-umataque-contratodaasociedade/>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2018. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-registra-mais-de-130-casos-de-violencia-contrajornalistas-em-contexto-politico-eleitoral>. Acesso: 10 de março de 2019.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso: 15 março de 2019.

Elos – Direitos humanos, jornalismo e formação cidadão. Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/>. Acesso: 12 de março de 2019.

FIDALGO, J. Jornalistas e saberes profissionais. I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação - XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais...2008.**

KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir.** São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LEMES, K. **Observatório de Mídia.** Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/category/observatorio/>. Acesso: 12 de março de 2019.

MIRANDA, P. **Já perdemos.** Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/coluna/ja-perdemos/> Acesso: 18 de agosto de 2019.

PEREIRA, C. R.A. **Lei de Cotas: um passo importante nos horizontes da universidade pluriétnica brasileira.** Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/coluna/lei-de-cotas-um-passo-importante-nos-horizontes-da-universidade-plurietnica-brasileira/> Acesso: 18 de agosto de 2019.

RESOLUÇÃO CNE/CES 7/2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49-70.

TEIXEIRA, J.P. S. **Direitos Humanos e o Jornalismo**. Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/observatorio/direitos-humanos-e-o-jornalismo/> Acesso: 18 de agosto de 2019.

VALENGA, D. **Confira propostas de Saúde dos candidatos à Presidência, 2018**. Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/posts/confira-propostas-de-saude-dos-candidatos-a-presidencia/>. Acesso: 18 de agosto de 2019.

VALENGA, D. **O aborto é legalizado em apenas seis países da América Latina, 28/09/2018**. Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/posts/o-aborto-e-legalizado-em-apenas-seis-paises-da-america-latina/>. Acesso: 18 de agosto de 2019.

Notas

¹ No dia 07 de janeiro dois homens armados invadem a sede do jornal francês Charlie Hebdo e matam 12 pessoas entre cartunistas, policiais e funcionários do prédio. O jornal sofria ameaças pelo tom satírico das publicações. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/veja-sequencia-da-acao-do-ataque-sede-da-charlie-hebdo-segundo-jornal.html>. Acesso: 19 de agosto de 2019.

² O site está hospedado no portal da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/>. Acesso: 19 de agosto de 2019.

³ Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/coluna/violencia-contra-jornalistas-um-ataque-contra-toda-a-sociedade/>. Acesso: 18 de agosto de 2019.

⁴ Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/coluna/todo-dia-e-dia-de-consciencia-negra/>. Acesso: 28 de setembro de 2019.

⁵ Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/coluna/lei-de-cotas-um-passo-importante-nos-horizontes-da-universidade-pluri-etnica-brasileira/>. Acesso: 18 de agosto de 2019.

⁶ Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/coluna/ja-perdemos/>. Acesso: 18 de agosto de 2019.

⁷ Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/ensaio/todo-dia-e-dia-de-respeitar-os-direitos-humanos-das-brasileiras-e-brasileiros/>. Acesso: 18 de agosto de 2019.

⁸ Disponível em: <https://catarinas.info/> <https://elos.sites.uepg.br/ensaio/todo-dia-e-dia-de-respeitar-os-direitos-humanos-das-brasileiras-e-brasileiros/>. Acesso: 18 de agosto de 2019.

⁹ Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/ensaio/ensaio-a-luta-no-dia-internacional-da-mulher/> Acesso: 18 de agosto de 2019.

¹⁰ Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/category/observatorio/> Acesso: 18 de agosto de 2019.

¹¹ Disponível em <https://elos.sites.uepg.br/category/observatorio/> Acesso: 18 de agosto de 2019.

¹² Disponível em <https://elos.sites.uepg.br/category/observatorio/> Acesso: 18 de agosto de 2019.

¹³ Confira propostas de Saúde dos candidatos à Presidência. Disponível em <https://elos.sites.uepg.br/posts/confira-propostas-de-saude-dos-candidatos-a-presidencia/>. Acesso: 13 de agosto de 2019.]

¹⁴ Disponível em <https://elos.sites.uepg.br/posts/o-aborto-e-legalizado-em-apenas-seis-paises-da-america-latina/>. Acesso: 16 de agosto de 2019.